



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

19/10/2016 - Sinttel-ES

Perda Salarial na Vivo é de 12,57%

Um boletim da Subseção do Dieese – Fenattel (Federação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Telecomunicações) informa que as perdas salariais dos empregados da maior operadora de telefonia do País, a Telefônica/Vivo, é de 12,57%. Isso é mais que o dobro do que a empresa ofereceu na 3ª reunião de negociação do acordo coletivo 2016/2017.

A Telefônica/Vivo apresentou proposta mediocre de reajustar parte dos salários e benefícios somente em 2017 e alterar a jornada para os trabalhadores de Campo, de 40 para 44 horas semanais.

A negociação dos reajustes salariais na data base passada resultou em perdas para os trabalhadores (reajuste de 7% ante um INPC de 9,88%). Diante disso, a subseção do Dieese calculou o reajuste necessário a ser aplicado a partir de setembro/2016 para recompor o poder de compra dos salários.

O Dieese considerou APENAS o período de set/15 a ago/16, e o reajuste necessário é de 9,62%. Já considerando a data base passada, há ainda uma necessidade de reajustar os salários em 2,69%, além dos 9,62% da atual data base. Ou seja, os trabalhadores precisam de um reajuste de 12,57% para recompor a perda acumulada, desde a data base anterior.

A proposta da Telefônica, de reajustar os pisos em 6,5%, os salários entre o piso e R\$ 1.156,20 em 6% e salários acima de R\$ 1.156,20 com uma parcela fixa de R\$75,15 incorporada ao salário, não condiz com sua capacidade financeira e econômica.

O Dieese apresentou dados que evidenciam a possibilidade da maior empresa de telecomunicação do Brasil, em reajustar os salários e benefícios de seus trabalhadores, garantindo justiça social e “gerando maior engajamento e desenvolvimento” para seus trabalhadores.

As Receitas Líquidas

A Telefônica tem apresentado crescimento nominal em suas receitas líquidas, nos últimos 3 anos, acima das suas concorrentes, TIM, Claro e Oi. O crescimento de quase 16% em 2014 deve-se a adequação da apresentação da Receita Líquida ter considerado a incorporação da GVT, para fins de comparabilidade com 2015 (informação útil aos acionistas da empresa).

Sem essa incorporação, a receita de 2014 seria de R\$ 35,0 bilhões, praticamente estável em relação a 2013. E vejamos que a receita em 2015 teria expansão de 20,4%, ao ser comparada com o resultado de 2014, sem considerar a compra da GVT.

Os Custos Operacionais

Descrição	2013	2014	2015
Receita Líquida	34.722	40.218	42.134
Var. em relação ao ano anterior	2,4%	15,8%	4,8%

Fonte: Telefonica
Elaboração: DIEESE - Subseção FENATTEL

Descrição	2013	2014	2015
Receita Líquida	34.721,90	35.000,00	42.133,70
Var. em relação ao ano anterior	2,4%	0,8%	20,4%

Fonte: Telefonica
Elaboração: DIEESE - Subseção FENATTEL

Os custos operacionais tem crescimento variado nos últimos 3 anos. Considerando a incorporação da GVT em 2014, os custos cresceram 13,8% em 2013, 15,6% em 2014 e 5,4% em 2015. O crescimento dos custos em 2014 deve-se ao fato de serem incorporadas as informações da GVT, como se a compra houvesse ocorrido neste ano. Isto implica um custo adicional de R\$ 3,3 bilhões em 2014. Por sua vez, percebemos uma redução da velocidade de crescimento dos custos em 2015, mesmo com a incorporação da GVT.

Resultados diferentes são observados ao comparar os custos operacionais sem a incorporação da GVT em 2014. Os custos crescem somente 1,9% em 2014. Lembrando que a variação de 19,6% em 2015 deve-se aos custos adicionais da GVT e não devem ser comparados com 2014, neste caso.

Descrição	2013	2014	2015
Custos Operacionais	24.146,30	27.920,30	29.419,50
Var. em relação ao ano anterior	13,8%	15,6%	5,4%

Fonte: Telefonica
Elaboração: DIEESE - Subseção FENATTEL

Descrição	2013	2014	2015
Custos Operacionais	24.146,30	24.595,40	29.419,50
Var. em relação ao ano anterior	13,8%	1,9%	19,6%

Fonte: Telefonica
Elaboração: DIEESE - Subseção FENATTEL

Os custos operacionais no 1º semestre de 2016 reduziram-se 4,1%, demonstrando sua capacidade de controle.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

A variação patrimonial e os Lucros da Telefônica

TABELA 5
em R\$ milhões

Descrição	2014	2015
Patrimônio Líquido	44.950,1	68.567,2
Var. em relação ao ano anterior	4,8%	52,5%

Fonte: Telefonica
Elaboração: DIEESE - Subseção FENATTEL

O Patrimônio Líquido (PL), capital próprio da Telefônica, cresceu significativamente em 2015 (52,5%) e ficou em R\$ 68,5 bilhões, em função principalmente da aquisição da GVT.

Os lucros seguem elevados ao longo dos anos e também no 1º semestre de 2016. Em 2015 o lucro líquido (LL) ficou em R\$ 3,33 bilhões e reduziu-se em comparação com 2014, mas isto não significa crise, pelo contrário. A telefônica comprou a GVT e a necessidade de obter financiamento no mercado externo faz com que as despesas com juros e variações cambiais aumentem, impactando o resultado do LL.

A ausência de crise é comprovada ao analisarmos o LL do 1º semestre/2016, em R\$ 1,91 bilhão, registrando um crescimento de 42,3%!

O Fluxo de Caixa

O fluxo de caixa de uma empresa tem como objetivo demonstrar as variações do caixa e registra as entradas e saídas financeiras. Logo, ao tratarmos de uma negociação com base em resultados do ano de 2015, precisamos analisar o caixa deste ano. Assim, em 2015, o caixa fechou em R\$ 5,33 bilhões, nível bastante satisfatório. Além disso, a despesa com reajuste de folha de pagamento e benefícios já deveria estar prevista neste fluxo, pois é um custo fixo da empresa. O resultado do 1º semestre/2016 também é positivo, com um saldo de caixa de R\$ 5,67 bilhões.

TABELA 6
em R\$ milhões

Descrição	2014	2015
Lucro Líquido	5.241,00	3.331,20
Var. em relação ao ano anterior	41,0%	-36,4%

Fonte: Telefonica
Elaboração: DIEESE - Subseção FENATTEL

TABELA 7
em R\$ milhões

Descrição	1º sem 2015	1º sem 2016
Lucro Líquido	1.347,40	1.917,70
Var. em relação ao ano anterior	-49,2%	42,3%

Fonte: Telefonica
Elaboração: DIEESE - Subseção FENATTEL

Isto significa que a Telefônica tem ampla capacidade em gerar caixa para garantir a continuação de seus negócios, dado seu poder de mercado no setor de telecomunicação brasileiro.

O impacto do reajuste de salários e benefícios

A despesa com pessoal (segundo o demonstrativo do valor adicionado) ficou em R\$ 3,56 bilhões em 2015 e representa 11,43% do Valor adicionado (riqueza produzida

TABELA 7
em R\$ mil

Descrição		2015	Participação
Valor Adicionado a Distribuir	A	31.167.140	100,00%
Remuneração Direta		2.498.009	8,01%
FGTS e Outros		173.947	0,56%
Benefícios		889.715	2,85%
Total remuneração	B	3.561.671	11,43%
Total remuneração com REAJUSTE	C	3.904.304	12,53%
Impacto ANUAL do reajuste	D=C-B	342.633	1,10%
Percentual do VA	E= D/A	1,10%	1,10%

Fonte: Telefonica
Elaboração: DIEESE - Subseção FENATTEL

pelos trabalhadores). A estimativa do impacto do reajuste de 9,62% em salários e benefícios será de R\$ 342,63 milhões/ano, ou 1,10% do valor adicionado. Vale ressaltar que este impacto será um pouco maior em 2017, pois a despesa com pessoal aumentou após o ingresso dos trabalhadores da GVT.

A proposta da empresa em reajustar parte dos salários e benefícios somente em 2017 não possui muita lógica, conforme procuramos indicar neste estudo. Apesar disso, parece que a Telefônica encontrou tab8uma "lógica" para o reajuste em 2017. Segundo o Banco Central, a previsão do INPC em 2016 (jan-dez) é de 7,64%, refletindo as análises de variados economistas, de que a inflação tende a cair no segundo semestre. Porém, o movimento sindical da FENATTEL deve estar atento a esta manobra, pois a negociação refere-se a perdas salariais que, obviamente, já ocorreram. A Tabela abaixo traz a evolução do INPC e sua estimativa até dezembro/2016.

O INPC estimado para o período de set/2015 a dez/2016 é de 11,22%. Considerando um reajuste de 6,5% em jan/2017, ainda restará uma necessidade de 4,43% de reajuste para recompor a inflação do período. No caso de um reajuste de 6%, ainda restaria um reajuste necessário de 4,92% a ser aplicado em jan/2017.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

19/10/2016 - Sinttel-ES

Telemont doou R\$ 900 mil para Cunha, preso na Lava Jato

A Telemont deve estar com as barbas de molho. Um dos arquitetos do golpe parlamentar de 2016, Eduardo Cunha (PMDB), presidente cassado da Câmara dos Deputados, foi preso preventivamente nesta quarta-feira (19). O ex-deputado Cunha responde processo por corrupção, lavagem de dinheiro e evasão fiscal pela manutenção de contas secretas na Suíça que teriam recebido propina no esquema na Petrobras. A prisão do ex-deputado refletiu no Planalto, e o presidente MiShell Temer antecipou seu retorno da viagem oficial que fazia ao Japão de quinta-feira (20) para hoje (19). O alto escalão do planalto teme por uma delação do ex-deputado.

Nas eleições de novembro de 2014, a Telemont En-



genharia de Telecomunicações doou R\$ 11,9 MILHÕES a candidatos, segundo levantamentos no TSE pela Revista Carta Capital. Ficou em quinto lugar no ranking das maiores doadoras. O partido preferido da empresa é o PMDB e só para o deputado federal Eduardo Cunha Telemont doou R\$ 900 mil. Mas também receberam recursos o PP, PR, PROS e PSDB.

Sem flasches ao vivo, sem imagens aéreas,

nem algemas, rosto coberto ou camburão. Diferentes pesos e medidas para os presos da Lava Jato, afinal, sabemos como é: justiça, quando é seletiva, tarda e falha. Mesmo assim, Cunha foi preso. Agora é aguardar a delação premiada que pode implodir a república e demolir o governo ilegítimo.

19/10/2016 - Telesíntese

Oi pode fazer pequenos ajustes em sua oferta aos credores, diz presidente

Segundo Schroeder, já foram fechados os acordos com os fornecedores e com os trabalhadores. E a negociação com os credores financeiros "caminha bem"

O presidente da Oi, Marco Schroeder, afirmou hoje, 19, que as negociações com os credores da dívida de R\$ 45 bilhões que estão na recuperação judicial estão "caminhando muito bem". Segundo ele, já foram fechadas as propostas com os fornecedores e com os trabalhadores, e que agora está sendo negociada com os credores financeiros, a parte mais difícil. "A dívida é uma das poucas questões que está todo mundo alinhado. Vale para acionista, vale para o credor, vale para o regulador. Ninguém quer criar um

impasse dentro da Oi", afirmou ele.

O executivo admitiu, no entanto, que poderão ser feitos pequenos ajustes ao plano apresentado, ajustes esses limitados ao que a operadora pode suportar. "A empresa não vai abrir mão de sua capacidade de fazer investimentos", afirmou. Segundo Schroeder, é natural que alguns credores reclamem que a empresa não tenha ainda negociado uma proposta concreta – como é o caso dos bondholders – mas ele acredita que se conseguira fechar um acordo.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

19/10/2016 - Telesíntese

Félix: “o interesse da América Móvil é no ativo da Oi”

O grupo América Móvil - que controla no Brasil Claro, Embratel e NET - irá avaliar os ativos colocados à venda pela Oi, se isso mesmo acontecer, e terá interesse em comprar alguns deles, a depender do preço. Segundo o CEO do grupo no Brasil, José Félix, as redes de fibra ópticas e mesmo as operações de celular do estado de São Paulo poderiam ser alguns dos itens de interesse da empresa.

A América Móvil pode analisar os ativos da Oi – como a rede de fibra óptica ou as operações de celular de São Paulo – para comprá-los, a depender do preço, das condições, e até mesmo se eles serão mesmo colocados à venda. Esse interesse, afirmou hoje, o presidente do grupo no Brasil, José Félix, não pode ser confundido com uma possível vontade da companhia de comprar a Oi. “Podemos analisar as fibras ou mesmo as operações de celular da Oi de São Paulo, por exemplo, mas não temos nenhum interesse em nos tornar sócio, controlador ou colocar qualquer dinheiro, como alguns fundos estão falando, para recuperar a Oi”, completou.

Para Félix, o ideal é que a operadora se recupere, para que o mercado brasileiro continue com o mesmo número de competidores. “A Oi apresentou em seu plano de recuperação a proposta de venda de ativos. Mas tanta gente está falando tanta coisa, que nem sabemos mais se haverá essa venda. De qualquer forma, venda de ativos é sempre uma oportunidade, mas não estamos desesperados atrás de ativos. Se houver convergência de avaliação e dinheiro, poderemos avaliar. Mas se o preço subir, por exemplo, estaremos fora”, afirmou o executivo.

19/10/2016 - Telesíntese

A disputa entre União e Oi pelas multas da Anatel promete ser longa

Para a União, a dívida da Oi junto a Anatel não pode fazer parte da recuperação judicial. Para a concessionária, se as multas não fossem incluídas, ela estaria privilegiando um credor frente aos demais.

A AGU – Advocacia Geral da União – recorreu ao juiz da 7ª Vara, que cuida do processo de recuperação da Oi, e depois recorreu ao Tribunal do Rio de Janeiro, e perdeu nas duas ações. Mas não apenas por dever de ofício, mas por convicção, vai continuar a recorrer em todas as instâncias para retirar do processo de recuperação as dívidas que a concessionária tem acumulado em forma de multas da Anatel.

E a posição do governo, de não querer que as dívidas que a Oi tem com a União entrem na lista de negociação da recuperação judicial foi explicitada hoje, durante o Futurecom, pelo conselheiro da Anatel, Igor de Freitas. “Os créditos públicos têm jurisprudência diferente.” E o conselheiro assinalou que a Anatel é credora e reguladora, e que, mesmo respeitando todos os prazos legais, o melhor para a empresa seria negociar essa dívida fora do processo de recuperação.

Para a Oi, no entanto, essa é uma questão superada. Indagado pelos jornalistas, seu CEO, Marco Schroeder afirmou- “É uma questão legal. Não posso privilegiar um credor em detrimento do outro. Tudo o que ficou dentro da recuperação judicial, não poderei negociar fora”. Para ele, é um cenário inexistente a possibilidade de as multas saírem da RJ.

Quanto ao valor dessa dívida, Schroeder disse que a empresa acatará o que o juiz determinar. Entre os R\$ 11 bilhões da lista inicial apresentada pela Oi aos R\$ 20 bilhões cobrados pela Anatel, o executivo salientou que cerca de R\$ 5 bilhões são créditos tributários, que não podem estar na recuperação judicial. “O restante a mais, são multas ainda não contabilizadas pela operadora, que poderão entrar na negociação, disse, se o juiz assim o determinar”, completou ele.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

20/10/2016 - Vermelho

Luciana Santos: Petrobras é patrimônio do povo brasileiro

A política brasileira de investimento na exploração do petróleo data da década de 1930, a partir do decreto-lei 366/1939 que regulava a concessão e fiscalização da pesquisa e da lavra do petróleo, a ser realizada por brasileiros ou por empresas constituídas por brasileiros, conforme determinava a constituição daquela época. Era, portanto, um documento de caráter nacionalista, mas não estatizante, e desde então é polêmico o papel da União em operações de risco.

Luciana Santos: Petrobras é patrimônio do povo brasileiro
Luciana Santos: Petrobras é patrimônio do povo brasileiro De 1939, quando o poço de Lobato na Bahia jorrou pela primeira vez em nosso país, até chegarmos a posição de 13º maior produtor de petróleo do mundo, responsável por 2,7% da produção mundial, a exploração de petróleo no Brasil passou por diversas fases. A principal delas foi a criação da Petrobras com o objetivo fundamental da busca de autossuficiência na produção petrolífera.

Apostar no fortalecimento da Petrobras sempre rendeu bons resultados aos brasileiros. Após décadas de investimento em pesquisa, perfuração de novos poços, infraestrutura e tecnologia, com a descoberta do pré-sal a empresa está próxima de chegar ao objetivo que a concebeu. Uma das provas de sua eficiência é que por três vezes recebeu o prêmio OTC Distinguished Achievement Award for Companies, Organizations, and Institutions em reconhecimento ao conjunto de tecnologias desenvolvidas para a exploração em águas profundas. Esse prêmio é o maior reconhecimento que uma empresa de petróleo pode receber na qualidade de operadora offshore.

Para se ter ideia do que isso representa em termos de produção, o índice de sucesso da exploração no mundo, na indústria do petróleo, está em torno de 25%. Ou seja, no mundo, de cada 100 perfurações, em 25 mais ou menos, encontra-se petróleo. No Brasil o índice é um pouco melhor, em torno de 30%, e na área do pré-sal a incidência sobe para 75%. No cluster do pré-sal a incidência é perto de 100%.

Apesar de todos os resultados positivos, a Petrobras vem enfrentando uma campanha sistemática que tenta associar as descobertas de corrupção dentro da empresa

ao fato desta ser uma estatal. Na realidade o setor do petróleo está entre os mais corruptos do mundo, de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e com a ONG Transparency Internacional. Não é difícil encontrar nos jornais pelo mundo as notícias de escândalos em petrolíferas privadas como a Exxon. O livro *Crude Awakening*, denuncia décadas de relação promíscua e corrupta entre as grandes empresas de petróleo atuantes no Alasca e a elite política

local. Portanto, é necessário enfrentar a corrupção, punir os corruptos e corruptores, mas preservando a empresa e seu potencial.

Quando foi criada a Petrobras, dizia-se que o monopólio teria vindo para reduzir os riscos nas atividades de refino e transporte para que a nova empresa pudesse arriscar nas atividades de pesquisa, a fim de garantir o aumento da produção nacional. Por volta da década de 1970, com necessidade de expandir produção e dividir riscos, a legislação foi alterada, flexibilizando a participação estrangeira. Agora, com o desafio da exploração de um volume do tamanho do pré-sal, de baixo risco, alta tecnologia e grande retorno financeiro, faz-se necessária a defesa do regime de partilha constituído enquanto marco legal de exploração.

No projeto de lei de autoria do senador José Serra, votado no Plenário da Câmara dos Deputados na quarta-feira (5/10) — embora o senador não tenha proposto o fim do regime de partilha — foi retirada a prerrogativa de ser operadora única do pré-sal, abrindo as portas para essa ameaça e comprometendo um ativo estratégico para o futuro de várias gerações que é a destinação de 75% desses recursos para a Educação e 25% para a Saúde. Além disso estamos diante de uma grande ameaça ao conteúdo nacional.

Foi a nossa inteligência no setor que possibilitou a descoberta do pré-sal, aliada à vontade política que desenvolveu a cadeia produtiva do petróleo viabilizando os estaleiros e permitindo a retomada da indústria naval no Brasil, fato que ajudou a mudar a matriz econômica de Pernambuco com grandes ganhos para nosso estado e nosso povo. Votaremos os destaques nas próximas semanas. Nossa posição em mais essa batalha, como sempre, será pela defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros.